



História da arquitetura e preservação do patrimônio: diálogos

Prof. Dr. Leonardo Barci Castriota
Diretor da Escola de Arquitetura - UFMG

A preservação do patrimônio é um campo que tem ganho proeminência na cena atual. É interessante perceber, no entanto, como esse campo se articula de forma diferente nos diversos contextos nacionais. Implementadas tradicionalmente pelos estados, as políticas de preservação trabalham com a dialética lembrar-esquecer: para se criar uma memória nacional, privilegiam-se certos aspectos em detrimento de outros, iluminam-se certos momentos da história, enquanto outros permanecem na obscuridade. É neste sentido que este trabalho acompanha, numa perspectiva comparativa, a relação entre o discurso da preservação do patrimônio e da história da arquitetura no Brasil e nos Estados Unidos. É interessante perceber as diferentes aproximações ao fenômeno da arquitetura, que, juntamente com uma prática social diferenciada da preservação em cada um dos países, justifica os diferentes tipos de diálogo que se estabelecem entre os dois campos nos dois exemplos estudados.

Sociedade civil e valor evocativo do patrimônio: a preservação do patrimônio nos Estados Unidos

A preservação do patrimônio nos Estados Unidos pode ser vista como um campo complexo e multifacetado, que reflete, por um lado, a história daquele país e o tipo particular de governo federal estabelecido pela Constituição Americana, onde os estados mantêm uma grande autonomia real de ação, e, por outro e mais importante, uma concepção bastante própria da ação cabível ao Estado e aos diversos agentes da sociedade civil.

Como em vários países das Américas, nos Estados Unidos o início do movimento preservacionista esteve vinculado à busca de uma identidade unificadora nacional no século XIX, direcionando-se grande parte do interesse para os sítios históricos relacionados com os primeiros assentamentos europeus ao longo da costa atlântica, ou com outros ligados ao processo da independência da Grã-Bretanha, em especial aqueles lugares associados à vida de George Washington, e, em menor grau, aos outros próceres daquela época. Porém diferentemente de outros países, o desejo de conservar e monumentalizar esses sítios não emanou nem do governo central, nem dos governos municipais, mas sim de indivíduos que, organizados em grupos cívicos, identificavam os sítios de valor cultural – histórico ou patriótico - que se encontravam próximos à sua comunidade imediata.

Por muitas décadas, o governo manifestou pouco ou nenhum interesse e não aportou nenhum apoio nem reconhecimento oficial a esses sítios. Assim, desde sua gênese o movimento de preservação do patrimônio nos Estados Unidos se caracterizou por ser basicamente um *esforço comunitário* cuja

força motriz reside a nível local, o que fez com que sua evolução se desse isolada de toda influência externa, respondendo somente às necessidades imediatas do momento e do lugar.¹ Como um exemplo dessa postura, podemos citar uma das mais influentes organizações privadas dedicadas ao patrimônio, que surge nos finais do século XIX e ainda se mantém ativa com grande renome, a *Society for the Preservation of New England Antiquities* (SPNEA), fundada por Appleton.² O fato é que, até meados do século XX, continuou muito escassa a comunicação com movimentos de preservação estrangeiros e mesmo com o desenvolvimento das teorias de conservação que, refinadas na Europa desde o século XIX, não foram conhecidas nos Estados Unidos até a década de 1960.

Essa ênfase exclusiva sobre os valores históricos que justificaram o movimento da independência e aquela moralidade tão particular na era colonial (valores associativos ou *associative values*) ganha uma certa urgência com a grande leva de imigração de finais do século XIX e princípios do século XX, quando a prevalente ética protestante e anglo-saxônica se sentiu ameaçada pelo influxo massivo de católicos, judeus e ortodoxos provenientes da Europa Central e Oriental, quer dizer, quando aporta aos Estados Unidos uma nova gama de culturas e cores até então desconhecidas. Durante esses anos, se selecionaram sítios patrimoniais em relação direta com seu potencial didático, com o objetivo de inculcar nos recém-chegados os valores da cultura dominante (anglo-saxônica e protestante), cujos portadores viam sua maioria demográfica se reduzir de maneira perigosa.

Tal uso do patrimônio – baseado sobremaneira no valor “evocativo” dessa herança – veio a significar uma crescente dependência na prática da reconstrução e numa museografia que permitisse de maneira simples interpretar e comunicar a esse novo público, não educado, os valores sociais e éticos que originalmente deram lugar à construção tanto do sítio como da nação que agora o acolhia. O fato é que, naquele momento, depois de cem anos, muitos daqueles sítios já tinham sido alterados de maneira considerável pelos seus usuários: as casas que George Washington tinha visitado um século antes, por exemplo, já tinham mudado drasticamente, e não podiam comunicar ao visitante a realidade completa daquele momento efêmero do passado. Não obstante, a necessidade pedagógica que se atribuiu ao patrimônio naquele momento exigia que o sítio se apresentasse em sua condição *original*, e foi assim que a reconstrução foi adquirindo um prestígio cada vez maior como o tratamento preferido para a conservação do patrimônio. (Não é de se estranhar, portanto, que nos Estados Unidos, o termo “restauração” seja sinônimo de um tipo de “reconstrução parcial” empreendida para recuperar o que se perdeu daquele momento significativo.)

À medida que o movimento da conservação foi se refinando, a precisão das reconstruções históricas foi adquirindo um papel cada vez mais importante, é por isso que o campo profissional chegou a ser dominado pelos historiadores e não pelos arquitetos, como foi o caso de muitos países. O trabalho iniciado nos anos 20, em Colonial Williamsburg sob o patrocínio do filantropo John D. Rockefeller é o pináculo desse processo, e o exemplo principal da reconstrução exata e do uso do patrimônio a serviço de uma mensagem altamente política. Isso fica bastante claro nos textos oficiais da localidade, como, por exemplo, aqueles na página *web* oficial de Williamsburg, onde se lê, “mais que há 200 anos atrás, a busca de igualdade, liberdade e independência começaram uma revolução que continua a moldar o mundo. Bem vindos à Colonial Williamsburg. América Capítulo 1”. (<http://www.history.org>)

¹ É interessante perceber as peculiaridades do papel do Estado frente à propriedade privada, no que se refere à preservação do patrimônio, nos países anglo-saxônicos. Assim, na Inglaterra, vai ser apenas com o Ancient Monuments Protection Act, de 1882, que o governo desempenha, pela primeira vez, um papel positivo na proteção de sítios históricos, mesmo que de maneira cautelosa e tímida frente à pressão contra a interferência na propriedade privada. Assim, o ato concentra-se em bens sobre os quais poderia haver pouca controvérsia, como sítios arqueológicos, e monumentos megalíticos (Strike, 1994p. 120). Nos Estados Unidos, por sua vez, temos o Antiquities Act em 1906, que dava ao presidente a possibilidade de designar monumentos nacionais a sítios de interesse histórico ou científico, de propriedade federal e o National Historic Sites Act de 1935, que dava ao Secretário do Interior a possibilidade de adquirir propriedades históricas de significação nacional. (Na prática, no entanto, as propriedades são sempre adquiridas por atos especiais do Congresso.)

² A esse respeito, confira o site da Society for the Preservation of New England Antiquities (SPNEA) em <http://www.historicnewengland.org/index.htm>.

O mesmo tom é usado por outra página, que anuncia:

Pense na área de Williamsburg...e as imagens que virão à sua cabeça são... vida colonial numa cidade pequena... e a busca pela independência americana...o modelo de democracia usado ao redor do mundo. (www.williamsburg.com)

Em todos esses casos, um papel decisivo das sociedades formadas por indivíduos idealistas e com militância comunitária, que davam grande ênfase ao *valor evocativo* do passado nacional. Assim a *Historic New England*, a “mais antiga, maior e mais abrangente organização regional de preservação no país”, anuncia, em sua página *web*, que eles “oferecem a oportunidade única de experimentar as vidas e histórias dos habitantes da Nova Inglaterra, através de suas residências e propriedades”. (<http://www.historicnewengland.org/index.htm>)

Não há dúvida de que, paralelamente a isso, vamos ter nos Estados Unidos um certo trabalho de conservação no nível governamental, com algumas medidas como o estabelecimento do *National Park Service* (órgão de preservação pertencente ao Departamento do Interior), a declaração monumental de alguns sítios arqueológicos por decreto presidencial, e a adoção de algumas legislações para a proteção do patrimônio. É importante perceber ainda que, mesmo que essas medidas, quando avaliadas em relação a trajetórias de outros países, nos pareçam débeis, elas assentaram de fato uma base firme para o trabalho que se lhes seguiria.

Durante os anos 30, começam a ser implementadas outras ações que vão ter um efeito pioneiro profundo sobre o movimento de conservação. Aqui se destaca, a nível federal, os programas inovadores adotados durante a Grande Depressão para a recuperação econômica por Franklin Delano Roosevelt, que engajaram centenas de arquitetos desempregados na documentação de edifícios de valor patrimonial por todo o país, uma iniciativa que conscientizou a muitos do valor da arquitetura tradicional, e que, com o tempo, se transformou na coleção nacional do *Historic American Building Survey*.³

Finalmente, cabe chamar a atenção para o *National Historic Preservation Act* de 1966 (alterado em 2000), que traça, pela primeira vez, uma verdadeira política do governo federal, que, segundo seus termos, deve sempre trabalhar “em parceria com os Estados, os governos locais, as tribos indígenas e as organizações privadas e indivíduos”.⁴ Essa lei cria o *National Register of Historic Places*, onde serão

³ “The Historic American Buildings Survey (HABS) and the Historic American Engineering Record (HAER) collections are among the largest and most heavily used in the Prints and Photographs Division of the Library of Congress. The collections document achievements in architecture, engineering, and design in the United States and its territories through a comprehensive range of building types and engineering technologies including examples as diverse as the Pueblo of Acoma, houses, windmills, one-room schools, the Golden Gate Bridge, and buildings designed by Frank Lloyd Wright. Administered since 1933 through cooperative agreements with the National Park Service, the Library of Congress, and the private sector, on going programs of the National Park Service have recorded America’s built environment in multiformat surveys comprising more than 350,000 measured drawings, large-format photographs, and written histories for more than 35,000 historic structures and sites dating from Pre-Columbian times to the twentieth century.” (http://lcweb2.loc.gov/ammem/collections/habs_haer/)

⁴ Cabe ao governo federal, de acordo com essa peça legislativa:

“(1) use measures, including financial and technical assistance, to foster conditions under which our modern society and our prehistoric and historic resources can exist in productive harmony and fulfill the social, economic, and other requirements of present and future generations;

(2) provide leadership in the preservation of the prehistoric and historic resources of the United States and of the international community of nations and in the administration of the national preservation program in partnership with States, Indian tribes, Native Hawaiians, and local governments;

(3) administer federally owned, administered, or controlled prehistoric and historic resources in a spirit of stewardship for the inspiration and benefit of present and future generations;

(4) contribute to the preservation of nonfederally owned prehistoric and historic resources and give maximum encouragement to organizations and individuals undertaking preservation by private means;

(5) encourage the public and private preservation and utilization of all usable elements of the Nation’s historic built environment; and

(6) assist State and local governments, Indian tribes and Native Hawaiian organizations and the National Trust for Historic Preservation in the United States to expand and accelerate their historic preservation programs and activities.

registrados “distritos, sítios, edificações, estruturas e objetos significativos para a história, arquitetura, arqueologia engenharia e cultura da América”, além da possibilidade de declaração como National Historic Landmark. Cabe ainda anotar que apesar do precedente representado por Williamsburg, transformada numa espécie de museu a céu aberto a partir da doação de milhões de dólares por John Rockefeller, vai ser também o *National Historic Preservation Act* que introduz nos Estados Unidos a noção contemporânea dos “distritos de preservação histórica”, bastante difundidos hoje em dia.⁵

Assim, é fácil perceber como essa visão, onde o uso do patrimônio – baseado sobremaneira no valor “evocativo” dessa herança – veio a significar uma crescente dependência na prática da reconstrução e numa museografia que permitisse de maneira simples interpretar e comunicar a esse novo público, não educado, os valores sociais e éticos que originalmente deram lugar à construção tanto do sítio como da nação que agora os acolhia. Nesta perspectiva, não é de se estranhar que a preservação do patrimônio nos Estados Unidos lance mão de recursos como a prática do *re-enactment*, representação teatralizada de eventos históricos.⁶

Essa abordagem – que carrega a história de alta carga evocativa e ideológica – distancia-se naturalmente da abordagem acadêmica da história da arquitetura desenvolvida nas universidades ou centros de pesquisa norte-americanos, onde prevalece uma análise notadamente estética, baseada via de regra nos cânones da história da arte. No caso norte-americano, vai ser clara, então, a disjunção entre essas duas áreas, sendo a preservação do patrimônio até recentemente vista como uma atividade “menor” por parte dos pesquisadores universitários, que questionam sua perspectiva engajada e sua falta de critérios.

Estado, valor estético e a busca da identidade nacional: a preservação do patrimônio no Brasil

Um caso bastante diferente vai ser aquele do movimento preservacionista brasileiro, que não só nasce de intelectuais progressistas em busca da identidade nacional, como também forja a própria tradição da história da arquitetura que se produz no país. Assim, vai ser na década de 20 do século XX que a temática da preservação do patrimônio - expressa como preocupação com a salvação dos vestígios do passado da nação, e, mais especificamente, com a proteção dos monumentos e objetos de valor histórico e artístico, começa a ser considerada politicamente relevante no Brasil, implicando o envolvimento do Estado.⁷ Se, neste momento que cerca as comemorações do centenário da independência nacional, já temos os grandes museus federais em funcionamento, multiplicam-se na imprensa denúncias sobre o abandono das cidades históricas e a destruição irremediável dos “tesouros da nação”.

No caso brasileiro, cabe notar uma peculiaridade: não vão ser os setores conservadores, mas alguns intelectuais modernistas que elaboram e implementam as políticas de preservação do patrimônio. Neste sentido, é importante lembrar que o modernismo, movimento renovador da cultura no Brasil, teve como característica geral, ao lado de uma crítica exacerbada à arte acadêmica, tradicional, a busca de raízes, colocando como parte de sua agenda a questão da identidade nacional. Assim, ao mesmo tempo em que mantêm estreito contato com as vanguardas européias, os modernistas brasileiros desenvolvem uma peculiar relação com a tradição, recusando a idéia do rompimento radical com o passado.

⁵ Para aquela lei, um Historic conservation district significa uma área que possua:

“(A) historic properties,

(B) buildings having similar or related architectural characteristics,

(C) cultural cohesiveness, or

(D) any combination of the foregoing.” (TITLE III, Section 301) (<http://www2.cr.nps.gov/laws/NHPA1966.htm>)

⁶ Um bom exemplo disso pode ser encontrado na representação da Batalha de Cedar Creek, que pode ser vista na página web <http://www.cedarcreekbattlefield.org/>

⁷ Cf. Fonseca, M. C. L. O Patrimônio em Processo. Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil. (Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc-IPHAN, 1997), pp. 85-86.

Neste quadro não é de se estranhar, portanto, que os modernistas tenham “redescoberto” Minas Gerais, e, em especial, Ouro Preto: na busca de uma identidade nacional “profunda”, de raízes genuínas, identificam-se naquele conjunto setecentista as manifestações de uma possível civilização brasileira. O barroco local, que durante muito tempo fora considerado excêntrico e sem importância, é revalorizado pelos modernistas, que o vêem como uma síntese cultural própria, esboçada por uma sociedade no interior do país, que, isolada, retrabalhara à sua maneira as diversas influências culturais. Assim, vai ser apenas aparentemente paradoxal que, em 1924, ao receberem a visita do poeta vanguardista suíço Blaise Cendrars, um grupo de poetas e artistas brasileiros - identificados também com a idéia da modernização social e cultural do país – o tenha levado justamente às velhas cidades de Minas Gerais, onde tudo parecia evocar o passado e a tradição. É interessante perceber aqui como a aproximação de nossos modernistas ao passado do século XVIII assemelha-se à aproximação que as vanguardas européias faziam do primitivo e do arcaico, com a particularidade de o primitivo, aqui, apontar para as nossas raízes nacionais. A redescoberta das culturas primitivas pelas vanguardas corresponde, então, no Brasil à redescoberta de uma *outra* cultura nacional, não oficial –, presente, mas ignorada, na medida em que se mantivera à margem da cultura hegemônica.

No caso da arquitetura, essa leitura particular do passado nacional também vai desempenhar um papel muito importante na formulação tanto de uma política de preservação, quanto de nossa própria arquitetura moderna. Essa postura, que combina a busca do novo com a revalorização da tradição, pode ser bem exemplificada na trajetória de Lúcio Costa, o criador de Brasília, que, nos anos 30, vai ser o líder intelectual da renovação arquitetônica brasileira. Segundo seu depoimento, nos primeiros contatos com o movimento moderno em arquitetura, chocava-lhe “o seu caráter absolutista, intransigente e o aparente desprezo pelo passado”, que, também a partir de uma viagem a Minas e de contatos com a “genuína arquitetura brasileira”, aprendera a respeitar. Sua busca, a partir de então, vai ser sempre a de integrar modernidade e tradição, a partir de uma reflexão sobre a especificidade de seu campo profissional, a arquitetura, e de sua relação com a realidade brasileira.⁸

Neste sentido, os arquitetos modernos brasileiros viam-se, na esteira das formulações de Lúcio Costa, muito mais como continuadores da boa tradição construtiva forjada ainda na época da Colônia do que como agitadores vanguardistas. O gesto futurista parece estar ausente de suas proposições, predominando entre eles um discurso de apelo à “lição do passado” – não aquele imediato, da linguagem clássica relida pelo ecletismo, mas aquele da arquitetura colonial e barroca do século XVIII, onde identificavam formulações apropriadas e significativas para um projeto nacional. É interessante perceber como há um interesse explícito em recuperar o nosso passado colonial, a nossa arquitetura tradicional, a partir de uma perspectiva pragmática: afinal naquele período haveria uma série de lições a serem aprendidas pelos arquitetos modernos. Assim, é muito comum na época identificar-se uma espécie de correspondência entre essa arquitetura colonial e a arquitetura moderna, ressaltando-se os seus traços comuns: simplicidade, austeridade, pureza, bom uso dos materiais. Nesta linha, chega-se mesmo a se apontar semelhanças entre a estrutura da nossa arquitetura tradicional – o pau-a-pique – e o concreto armado.⁹ A nosso ver, essa espécie de leitura da tradição proposta pelos modernistas brasileiros encaixa-se perfeitamente naquilo que Antoine Compagnon denomina “narrativas ortodoxas” da modernidade, que, seriam sempre escritas em função do desfecho ao qual elas querem chegar – no que são teleológicas – e servem para legitimar uma arte contemporânea que, no entanto, quer estar em ruptura com a tradição – no que são apologéticas.¹⁰

Diante dessa leitura do passado, que se impõe no quadro cultural brasileiro do período, coloca-se com força a questão da preservação do rico acervo representado pelas cidades e arquitetura do período

⁸ A esse respeito, cf. Fonseca, M. C. L. Op. cit., p. 98.

⁹ VASCONCELOS, S. Contribuição para o estudo da arquitetura civil em Minas Gerais. *Arquitetura e Engenharia* (2). (Belo Horizonte, 1946), p. 31. A esse respeito, é interessante acompanhar, por exemplo, as leituras que se propõem da obra contemporânea de Oscar Niemeyer, na qual se exaltam a liberdade formal e audácia, aliadas à simplicidade de meios, traços seguidamente apontados como comuns também à nossa arquitetura barroca.

¹⁰ Compagnon, A. *Os cinco paradoxos da modernidade*, (Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996), p. 44.

colonial, que passa a ser vista como imprescindível ao processo de construção da identidade nacional. Aqui é importante lembrar que com a chamada “Revolução de 30” a questão da identidade nacional torna-se também um dos focos principais do novo grupo dominante, que tenta estabelecer uma política cultural a partir do Estado. Para este propósito, engajam-se um número considerável de intelectuais progressistas que tinham tomado parte no Movimento Moderno nos anos 20.

É interessante perceber como tanto essa proteção quanto as primeiras ações do SPHAN derivam diretamente daquela “narrativa ortodoxa” da história a que nos referimos, que estabelecia uma espécie de afinidade eletiva entre nosso passado barroco e colonial e a arquitetura moderna que então se fazia. Segundo esse ponto de vista, a arquitetura efetivamente brasileira teria começado no ciclo mineiro, no século XVIII, sendo as obras anteriormente realizadas interpretadas como uma transplantação direta para o país da arquitetura de Portugal – uma espécie de “pré-história” da verdadeira arquitetura brasileira. Corolário de tal tese, teríamos o mito de que somente a arquitetura barroca – além da modernista, naturalmente – tinha dignidade, sendo o século e meio entre os dois períodos considerados totalmente estéreis e dignos de esquecimento.

Assim, não é de se estranhar que o próprio ato do tombamento de Ouro Preto já aponte como valor decisivo o “valor artístico” e não o “valor histórico” do conjunto, que é visado, antes de mais nada, sob o ponto de vista estético. Considerada como expressão estética privilegiada, a cidade é abordada segundo critérios puramente estilísticos, ignorando-se completamente “sua característica documental, sua trajetória e seus diversos componentes como expressão cultural de um todo socialmente construído”.¹¹ Com isso, instaura-se ali, como de resto em todo o Brasil, uma prática de conservação orientada para a manutenção dos conjuntos tombados como objetos idealizados, desconsiderando-se, muitas vezes, a sua história real. Lia Motta sintetiza de forma cáustica a prática de preservação imposta então a Ouro Preto: “Esvaziada economicamente, a cidade foi usada como matéria-prima para um laboratório de nacionalidade de inspiração modernista, deixando as populações que lá moravam subordinadas a esta visão idealizada, não sendo elas sequer motivo de referência.”

Em seu livro *The Past is a Foreign Country*, David Lowenthal lembra que todo ato de reconhecimento “altera o que sobrevive do passado.”¹² Este parece-nos exatamente o caso de Ouro Preto: na busca de um símbolo nacional, o SPHAN passa a executar uma ação de homogenização da imagem da cidade, eliminando grande parte das transformações urbanas e arquitetônicas mais recentes e, com elas, importantes referências da história local. Assim, inicia-se uma ação sistemática de apagamento do século XIX, com a exigência, na aprovação de projetos de reforma, da retirada de elementos da arquitetura neoclássica ou eclética, como frontões e platibandas. A partir da compreensão da cidade como expressão estética, aqueles elementos são vistos como perturbadores da unidade desejável do conjunto, devendo, portanto, ser removidos. Os exemplos dessa ação “corretiva” multiplicam-se então pela cidade, podendo-se citar o conhecido caso da reforma do Cine Vila Rica, que, em 1957, ganha uma fachada colonial, eliminando-se os estilemas arquitetônicos oitocentistas.

Também no que se refere à aprovação de novas construções seguiram-se critérios estilísticos, que procuravam garantir uma homogeneidade ao conjunto. Nos primeiros anos, ainda se admitiam algumas edificações modernas, desde que “de boa qualidade arquitetônica” de acordo com a avaliação dos técnicos do SPHAN. Com isso, acompanhavam-se as posições de Lúcio Costa, que, coerentemente com suas convicções modernistas, defendia que mais cedo ou mais tarde o SPHAN teria que proibir em Ouro Preto “os fingimentos coloniais”. Para ele, nada pior do que a tendência, que identificava majoritariamente nos Estados Unidos e Inglaterra, a se reproduzir tudo “em estilo apropriado”, “até mesmo os interruptores de luz elétrica”. Assim, nesse primeiro momento, aprova-se, por exemplo, o conhecido Grande Hotel, projeto de Oscar Niemeyer, cuja inserção no conjunto tombado causa polêmica tanto nos meios intelectuais quanto na população em geral, que questiona os critérios de avaliação do órgão

¹¹ Motta, L. A SPHAN em Ouro Preto. Uma história de conceitos e critérios, Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (Brasília: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Fundação Pró-Memória, 1987), p. 108.

¹² D. Lowenthal, *The Past is a Foreign Country*, (Cambridge: Cambridge University Press, 1986), p. 263.

oficial. Frente às dificuldades de se analisar projetos caso a caso, o SPHAN caminha, então, cada vez mais para um enrijecimento das normas, passando a exigir uma série de traços estilísticos nas novas edificações – detalhes típicos das construções e acabamento de telhados, cornijas, bem como esquemas cromáticos bastante rígidos.

Com a exigência de se seguir uma série de *design guidelines* para as novas edificações, aparece por toda Ouro Preto o chamado “estilo patrimônio”, representado por construções contemporâneas que emulam velhas casas do século XVIII. Como se acreditava que a cidade não iria crescer muito, a atenção do SPHAN voltava-se primordialmente para as fachadas, não considerando outros aspectos tais como dimensão dos lotes, implantação da casa no lote e seu volume, que logo iriam se mostrar muito importantes.¹³ E, como de fato a cidade desenvolveu-se com muita rapidez, especialmente a partir da década de 60, a consequência mais danosa desse tipo de ação terminou sendo a falsificação do conjunto, com o surgimento de uma arquitetura híbrida, onde as edificações do “estilo patrimônio” fundem-se com os exemplares originais. Aqui confirma-se a colocação de Lowenthal segundo a qual “a passagem do tempo dissolve a distinção entre os originais e as emulações, e aumenta a sua confluência”, o que termina, mesmo sob o ponto de vista do reconhecimento estético, representando um problema.¹⁴

É interessante percebermos como essa abordagem – que se utiliza da história para a construção de um projeto nacional – vai marcar fortemente a historiografia da arquitetura brasileira, com a constituição inclusive do que alguns autores chamam de “Academia SPHAN”:¹⁵ No caso brasileiro, diferentemente do norte-americano, fica visível a aproximação entre a história da arquitetura e a preservação do patrimônio: a versão produzida pelos modernistas vai ser a hegemônica em nosso país, em seus focos, e, principalmente, em seus silêncios.

¹³ Motta, L. A SPHAN em Ouro Preto. Uma história de conceitos e critérios. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (Brasília: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Fundação Pró-Memória, 1987), p. 103.

¹⁴ Lowenthal, D. *The Past is a Foreign Country*, (Cambridge: Cambridge University Press, 1986), p. 160. Sobre a questão do reconhecimento visual, cf. : Lynch, Kevin *What time is this Place?*, (Cambridge, Mass.: M.I.T. Press, 1972).

¹⁵ A esse respeito, cf. : Wísnik, Guilherme. Lucio Costa. São Paulo: Cosac & Naify, 2001.